

02

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI FIRMAM O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIVADO DA PARAÍBA - SINTEENP/PB E O SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA PARAÍBA - SINEPE/PB, COM VIGÊNCIA DE 1º DE MAIO DE 2004 A 30 DE ABRIL DE 2005.



CAPÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA

Cláusula 1ª

A presente Convenção Coletiva de Trabalho se aplica às relações de trabalho existentes ou que venham a existir, entre os empregados, independentemente de sindicalização, dentro da base territorial do SINEPE/PB exercendo qualquer função em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica - compreendendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - da educação profissional e da educação superior, academias de ginástica, cursos de línguas, fundações mistas e privadas, cooperativas educacionais, cursos preparatórios e pré-vestibulares, auto-

CAPITULO II

DA VIGÊNCIA E DA DATA BASE

Cláusula 2ª

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá duração de 01 (um) ano, com início em 1º (primeiro) de maio de 2004 (dois mil e quatro) e término em 30 (trinta) de abril de 2005 (dois mil e cinco).

CAPÍTULO III

DO REGIME DE TRABALHO E DAS CONTRATAÇÕES DOS PROFESSORES

Cláusula 3ª

Os professores serão contratados por hora/aula, com exceção dos professores do ensino superior que serão contratados por hora-atividade acadêmica, sendo de direito dos professores as seguintes condições:

- a) Considera-se como aula ou atividade acadêmica, o trabalho letivo com duração máxima de 50 (cinquenta) minutos, excetuando-se as aulas ministradas em cursos de línguas, auto-escolas, cursos de informática e academias de ginásticas, que terão duração máxima de 60 (sessenta) minutos;
- b) Após 03 (três) aulas consecutivas é obrigatório o intervalo com duração mínima de 15 (quinze) minutos, podendo, na educação superior, o intervalo ser de 05 (cinco) minutos de uma aula para a outra;
- c) Para os professores da educação infantil e do ensino fundamental (da 1ª a 4ª série) o intervalo será no mínimo de 20 (vinte) minutos, acontecendo na metade do expediente normal, estabelecendo-se durante este período um sistema de



rodízio entre os professores em causa, a fim de prestarem assistência aos discentes;

- d) Para os professores da educação infantil e do ensino fundamental (da 1ª a 4ª séries) a remuneração será calculada com base em 24 (vinte e quatro) horas/aulas semanais.

Parágrafo Único: Define-se atividade acadêmica como, as atividades de ensino, pesquisa, extensão, administrativa e de participação em cursos, na conformidade do respectivo plano semestral de atividades acadêmicas.

DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO PROFESSOR

Cláusula 4ª

A remuneração do professor é paga por mês, sendo fixada pelo número de aulas semanais, em conformidade dos horários e da carga horária, sendo no ensino superior fixada pelo número de horas-atividade acadêmicas na conformidade do respectivo plano semestral de atividades acadêmicas.

Parágrafo Único - Para efeito de remuneração, será considerado o mês de 4,5 (quatro vírgula cinco) semanas, acrescida de 1/6 (um sexto) de seu valor, a título de repouso remunerado, totalizando 5,25 (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos) semanas por mês.

DO ADICIONAL EXTRACLASSE

Cláusula 5ª

Fica assegurado que o professor terá direito a 10% (dez por cento) sobre as aulas dadas, a título de atividade extraclasse (correção de avaliações, elaboração de aulas e atualização).

DO ADICIONAL POR QUALIFICAÇÃO

05
P. 05/2000

Cláusula 6ª

Ao professor fica assegurado, em caráter permanente, adicional por qualificação sobre os seus vencimentos mensais, na área de educação, observada a legislação que rege a espécie de acordo com critério abaixo:

Professor com especialização - 3% (três por cento);

Professor com mestrado - 5% (cinco por cento);

Professor com doutorado - 7% (sete por cento).

Parágrafo Único - Ficam excluídos desta Cláusula os estabelecimentos de ensino superior ou os que mantenham Quadro de Carreira, desde que contemplem vantagens superiores.

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Cláusula 7ª

Aos empregados é assegurado, em caráter permanente, o adicional de 3% (três por cento) sobre seus vencimentos mensais, a título de gratificação por tempo de serviço, depois de 05 (cinco) anos de exercício da profissão no mesmo Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único - Fica assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) aos empregados que até 30 de abril de 2000 já haviam computado 05 (cinco) anos de exercício da profissão no mesmo estabelecimento, a título de adicional por tempo de serviço.

DA HORA-EXTRA

Cláusula 8ª

O trabalho realizado pelo empregado, depois de esgotada a sua carga horária, será remunerado como horas extras, com aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento).

(Handwritten mark)

(Handwritten mark)

(Handwritten mark)

(Handwritten mark)



DAS AULAS NOTURNAS

Cláusula 9ª

As aulas noturnas serão no máximo de 50 (cinquenta) minutos, e se ultrapassarem às 22:00 (vinte e duas) horas, será devido adicional noturno na forma estabelecida no artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Cláusula 10

A empresa fica obrigada a fornecer contracheque ou outro comprovante de salários ao empregado, autenticado pela empresa e discriminados a remuneração e os descontos.

Parágrafo Primeiro – O contracheque deve ser entregue no ato do recebimento dos salários.

Parágrafo Segundo - Quando se tratar de professor, o contracheque deve especificar o valor da hora-aula ou da hora-atividade acadêmica, para professores do ensino superior.

DA ISONOMIA

Cláusula 11

Ao ser contratado, o empregado não poderá receber salário inferior ao valor já pago aos demais empregados admitidos anteriormente para exercer a mesma função, a teor do art. 461 da CLT e seus respectivos parágrafos.

DA INCORPORAÇÃO AO SALÁRIO

Cláusula 12

Integram o salário do professor não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, adicionais, percentagens, gratificações ajustáveis e abonos, desde que tais vantagens sejam pagas em caráter permanente, ou seja, por período mínimo de 06 (seis) meses consecutivos, excetuando-se as aulas extras referentes as reuniões técnico - pedagógicas previstas neste acordo em Convenção Coletiva.

DAS FUNÇÕES CONTRATADAS

Cláusula 13

O empregador não poderá exigir do empregado exercício de outra função senão aquela para a qual foi contratado.

DOS DIAS NÃO LETIVOS

Cláusula 14

É devida a remuneração em dobro do trabalho em domingos e feriados não compensados, sem prejuízo do pagamento do repouso remunerado, desde que, para este, não seja estabelecido outro dia pelo empregador.

DIA DO PROFESSOR

Cláusula 15

O dia 15 de outubro - dia do professor - será feriado e intransferível em todos os estabelecimentos de ensino.

DA JANELA

Cláusula 16

Os tempos vagos (janelas) em que o professor ficar à disposição do estabelecimento serão remunerados como aula, no limite de 01 (uma) hora diária por unidade.

DA ELABORAÇÃO DO HORÁRIO

Cláusula 17

O horário das aulas na educação básica e o plano de atividades acadêmicas do ensino superior serão elaborados no início do semestre letivo de comum acordo entre diretores e professores, bem como as alterações após o início do semestre letivo.

Parágrafo Único – Ficam ressalvados os interesses de ordem administrativa e pedagógica no tocante ao ensino superior.



DAS AULAS DE RECUPERAÇÃO

Cláusula 18

Os professores não são obrigados a ministrar aula de recuperação fora de sua jornada normal de trabalho.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de ensino ficarão obrigados a adicionar à remuneração do professor as aulas de recuperação, caso cobrem taxas extras dos alunos.

DA REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA

Cláusula 19

É vedada a redução da remuneração mensal do empregado, bem como da carga horária, salvo se houver negociação coletiva, redução de turnos e/ou alteração da carga horária curricular, ou do plano semestral de atividades acadêmicas.

DA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

Cláusula 20

Depois de 05 (cinco) anos de efetivo e ininterrupto exercício do magistério no mesmo estabelecimento, ressalvadas as interrupções previstas em lei, poderá o professor requerer licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, com duração de até 02 (dois) anos, prorrogável por mútuo entendimento, não se computando o período de licença para contagem de tempo de serviço ou qualquer outro benefício previsto em lei, configurando-se, pois, suspensão contratual.

DAS FÉRIAS

Cláusula 21

As férias do pessoal docente serão coletivas e de no mínimo 30 (trinta) dias, concedidas e gozadas no período de 1º (primeiro) a 30 (trinta) de julho, bem como serão as férias regidas pelos artigos 129 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Na elaboração do calendário escolar em 2005 os estabelecimentos de ensino observarão o disposto nesta cláusula, de forma a garantir o gozo de férias como estabelecido.

Parágrafo Segundo - Os professores de estabelecimentos de ensino superior, de acordo com o calendário escolar, poderão gozar suas férias no mês de janeiro de cada ano.

DO RECESSO ESCOLAR

Cláusula 22

Durante o recesso escolar o professor somente poderá ser convocado para atividades didáticas, pedagógicas, planejamento e cursos de reciclagem, desde que a comunicação seja feita até o final do ano letivo anterior, exceto nos casos de provas finais e atividades de recuperação já previstas para o mês de dezembro.

CAPÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS

Cláusula 23

Fica acordado que o estabelecimento:

- Manterá exemplar do texto deste instrumento na Secretaria de cada unidade escolar à disposição do empregado para consulta;
- II - Comunicará ao SINTEENP.PB, quando este solicitar, informações sobre a identidade, qualificação e condições de trabalho, de seus professores, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o pedido;
- III - Liberará os professores e empregados, sem prejuízo financeiro, para participarem de Assembléias Gerais do SINTEENP.PB, em número de 03 (três) ao ano, sendo uma assembléia realizada entre segunda e sexta-feira, as outras duas obrigatoriamente na sexta-feira e no sábado, desde que notificado o SINEPE.PB com 15 (quinze) dias de antecedência;
- IV - Liberará os empregados para freqüentarem cursos e congressos promovidos pelo SINTEENP. PB, sem prejuízo de salário, na proporção de 01 (um) participante



para cada grupo de 25 (vinte e cinco) ou fração superior a 13 (treze) empregados do mesmo estabelecimento e desde que o evento tenha duração máxima de 05 (cinco) dias;

IV.1 - Para as ausências previstas no item IV, o SINTEENP.PB comunicará ao estabelecimento de ensino com antecedência de 08 (oito) dias a participação de seu empregado e comprovará de igual período a sua presença;

V - Assegurará aos profissionais de ensino o direito de participarem de atividades acadêmicas correlatas com sua área de atividade de ensino (curso de especialização, mestrado, doutorado) sem prejuízo financeiro para o docente, desde que requerido com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ficando o professor beneficiado obrigado a servir ao estabelecimento por um período igual ao da licença remunerada, sob pena de indenizá-lo pelas despesas efetuadas;

VI - Assegurará uma infra-estrutura ambiental capaz de atender às necessidades educacionais, mantendo atualizada a sua biblioteca e garantindo material didático necessário às salas de aulas;

VII - Assegurará aos dirigentes sindicais acesso às dependências indicadas pela Escola para reuniões e distribuição de publicações do sindicato, desde que seja previamente comunicado à direção do estabelecimento, com definição de horário, devendo ocorrer sempre nos intervalos das aulas;

VIII - Assegurará ao SINTEENP.PB a utilização de quadro de avisos para informações da categoria na sala dos professores, desde que previamente comunicado à direção do estabelecimen



CAPÍTULO V

DA DEMISSÃO E DA ESTABILIDADE

GESTANTE

Cláusula 24

A empregada gestante gozará de estabilidade de 30 (trinta) dias posteriores ao término da licença previdenciária para parto, salvo quando a rescisão contratual ocorrer por justa causa ou pedido de dispensa, manifestado por escrito e homologado pelo órgão classista.

DIRIGENTE SINDICAL

Cláusula 25

Ao empregado eleito dirigente sindical fica assegurado o direito de continuar no pleno exercício de suas funções, salvo na hipótese do estabelecimento de ensino colocá-lo à disposição do SINTEENP.PB assumindo o pagamento integral dos salários.

Parágrafo Único - É assegurado ao dirigente sindical, afastado para o exercício do mandato, o direito de retornar ao trabalho, desde que comunicado à empresa com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

EMPREGADO PRÉ-APOSENTADO

Cláusula 26

Ao empregado (Professor e Funcionário), restando comprovadamente 01 (um) ano para aquisição de aposentadoria, será assegurada a estabilidade no emprego pelo tempo previsto, salvo demissão por "justa causa".

CAPÍTULO VI DA ASSISTÊNCIA SINDICAL OBREIRA

HOMOLOGAÇÕES INDENIZATÓRIAS

Cláusula 27

As rescisões trabalhistas serão homologadas e pagas no SINTEENP/PB, a partir de 06 (seis) meses de trabalho do empregado na empresa, nas Segundas-feiras das 13:30 às 17:00 horas e nas Terças e Quintas-feiras das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas.

CAPÍTULO VII DO LIMITE DE ALUNOS

Cláusula 28

Fica estabelecido o seguinte limite máximo de alunos por turma:

Maternal, Jardim I e II	25 alunos;
Alfabetização	30 alunos;
Ensino fundamental (1ª e 2ª séries)	35 alunos;
Ensino fundamental (3ª e 4ª séries)	40 alunos;
Ensino fundamental (5ª a 8ª séries)	50 alunos;
Ensino Médio	60 alunos;
Ensino Superior	60 alunos;
Cursos Pré – Vestibulares	60 alunos.

Parágrafo Único – Será pago aos professores um adicional de 10% (dez por cento) sobre seu salário, para cada aluno excedente do convencionado nesta cláusula.



CAPÍTULO VIII DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Cláusula 29

A empresa fica obrigada a fazer o desconto em folha de pagamento da mensalidade (contribuição sindical) para o SINTEENP.PB, mediante autorização do empregado sindicalizado, na forma do Artigo 545 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo as importâncias correspondentes a contribuição social depositadas até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto em conta única estadual, agência nº 036, Operação 003, Conta nº 2355-9, Caixa Econômica Federal, Agência Cabo Branco.

Parágrafo Único – A empresa que atrasar o desconto ou o pagamento da contribuição sindical fica sujeita a multa de 12% (doze por cento) sobre o valor devido e juros de 1% (um por cento) por mês de atraso, tendo como marco de aplicação a data de vencimento do recolhimento.

DESCONTO ASSISTENCIAL

Cláusula 30

As empresas descontarão de todos os empregados, sindicalizados ou não, exercendo qualquer função e em qualquer regime de trabalho, a título de Desconto Assistencial, terão desconto de seus vencimentos 4% (quatro por cento), em duas parcelas iguais e sucessivas de 2% (dois por cento) nos meses de junho e setembro de 2004.

Parágrafo Primeiro - As importâncias correspondentes ao desconto assistencial, deverão ser recolhidas em guias próprias fornecidas pelo SINTEENP.PB às empresas.

Parágrafo Segundo - No mês do desconto assistencial não será descontada a contribuição mensal dos sócios do SINTEENP.PB.

CAPÍTULO IX
DOS PISOS SALARIAIS, DO REAJUSTE E DA PRODUTIVIDADE
DOS PISOS SALARIAIS

DOS PISOS SALARIAIS

Cláusula 31

Os respectivos Pisos salariais, a partir de 1º (primeiro) de maio de 2004, para os empregados que mantenham relação de emprego abrangido pela Cláusula Primeira desta convenção são:

- a) Para o professor da educação básica e do ensino profissionalizante: R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) por hora-aula;
- b) Para o Professor de curso de línguas, cursos preparatórios e pré-vestibulares, auto-escolas, cursos de informática e academias de ginásticas: R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) por hora-aula;
- c) Para o professor do ensino superior: R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos) por hora-atividade acadêmica;
- d) Para o empregado não docente: R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais);

DO REAJUSTE SALARIAL

Cláusula 32

Os trabalhadores (professores e empregados), que perceberem salários superiores aos respectivos Pisos Salariais fixados na Cláusula 31, terão os seus salários reajustados, a partir de 1º (primeiro) de maio de 2004, em 8% (oito por cento), sendo

6% (seis por cento) a partir de 1º de maio de 2004 e 2% (dois por cento), não cumulativo, em janeiro de 2005.

Parágrafo Primeiro – As Instituições de Ensino Superior que mantiverem Plano de Cargo Carreira e Salário reajustarão o Piso Salarial da Convenção Coletiva e Trabalho 2003/2004, fixado em R\$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos), em 6% (seis por cento), resultando o novo Piso para a presente Convenção Coletiva de Trabalho em R\$ 6,31 (seis reais e trinta e um centavos).

Parágrafo Segundo – Os estabelecimentos de ensino que estabelecerem, a partir de 1º de maio de 2004, ou que vierem a estabelecer com seus professores índices ou condições mais favoráveis que os previstos na presente Convenção Coletiva, poderão – assistidos pelo SINTEENP/PB – celebrar Acordo Coletivo de Trabalho.

DA PRODUTIVIDADE

Cláusula 33

Em todos os reajustes aqui acordados já estão inclusos a produtividade.

CAPÍTULO X

DA DIGNIDADE NA RELAÇÃO DE TRABALHO

Cláusula 34

As matérias relativas a vítima de acidente do trabalho, dignidade do trabalho, portador do vírus HIV e adicional de insalubridade aplicar-se-á as disposições de Lei específica.

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E MULTAS POR DESCUMPRIMENTO

Cláusula 35


Fica estabelecido multa equivalente a 10 % (dez por cento) do salário base do empregado por cada Cláusula descumprida desta Convenção Coletiva, paga pela empresa em favor do empregado prejudicado, sendo esta mesma multa paga em favor do sindicato, em caso de substituição processual em ação de cumprimento

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS


GRATUIDADE DO ENSINO PARA SI E DEPENDENTES LEGAIS DO PROFESSOR

Cláusula 37

A Gratuidade do ensino no estabelecimento em que leciona o professor, para si e seu dependente legal, só concretizar-se-á após a resposta da consulta a ser formulada aos órgãos previdenciário e tributários, acerca da tributação; consulta esta a luz da Lei 10.243/2001, que deu nova redação § 2º do art. 468 da CLT. A gratuidade ficará assim condicionada à declaração oficial dos órgãos tributários e previdenciários de que não incidem tributos e/ou contribuições sobre o valor da bolsa.



Ana Júlia Soares Cardoso
COORDENADORA GERAL DO
SINTEENP/PB

BACHARÉIS:


Anselmo Castro - OAB/PB 8658
ADVOGADO do SINTEENP/PB

João Pessoa, 07 de maio de 2004


Odésio de Souza Medeiros
PRESIDENTE DO SINEPE/PB


Jorge Marques Neto - OAB/PB 5543
ADVOGADO do SINEPE/PB